



Escritoras Negras Brasileiras: Um passeio pela "Escrevivência" de Conceição Evaristo e outras autoras

Black Brazilian Women Writers: A Journey Through Conceição Evaristo's "Escrevivência" and Other Authors

Arilson dos Santos Gomes¹
Maria Lucy dos Santos Lima²

Resumo: O presente artigo foi pensado a partir de uma formação continuada realizada com os (as) professores (as) de História do município de Maranguape/CE. Tem como objetivos: discutir obras de escritoras negras brasileiras, mais especificamente Conceição Evaristo, analisar o processo lento e gradual de reconhecimento e inserção dessas autoras no mercado editorial e como o uso de autoria negra pode contribuir para a equidade racial. Problematisa as formas de racismo que ainda interferem nas relações étnico-raciais na nossa sociedade. Tem como justificativa, a importância que as aulas de História e um professor reflexivo têm na formação dos estudantes. A pesquisa foi realizada a partir do levantamento e revisão da literatura. Concluímos que, apesar de um significativo avanço, ainda há muito o que ser conquistado pelas mulheres negras em nossa sociedade, como visibilizar nos currículos a presença de suas intelectualidades de modo a valorizar suas trajetórias e produções para tencionar os cânones hegemônicos ainda branco e masculino.

Palavras-chave: Escritoras Negras. Racismo Estrutural. Escrevivência.

Abstract: This article was developed on a continuing education program conducted by this author for history teachers in the city of Maranguape, Ceará. It's objectives are: Discuss the works of Black Brazilian women writers, specifically Conceição Evaristo, analyze the slow and gradual process of recognition and inclusion of these authors in the publishing market, and how the use of Black authors can contribute to racial equity. It problematizes the forms of racism that still influence ethnic-racial relations in schools and in our society. It's justified by the importance of history classes and a reflective teacher in the development of students. This research was conducted based on a survey and review of the literature available on the topic leading us to, even after a significant improvement, there's still much to be achieved by Black women in our society, such as making the presence of their intellectuality visible in curricula in order to value their trajectories and productions, challenging the hegemonic canons that are still white and masculine.

Keywords: Black Women Writers. Structural Racism. Scriptural Survival.

1. Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades (POSIH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: arilsondsg@unilab.edu.br. [ORCID](#)

2. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Humanidades (POSIH) – UNILAB. E-mail: lucy61468@gmail.com. [ORCID](#)

Submissão: 15 mar. 2026 ⇌ Aceite: 20 mai. 2026

Introdução

A escrita é por si um ato de poder. A História do Brasil e dos brasileiros tem sido contada durante séculos por um grupo racial específico³. Ao escrever, colocamos nossos sentimentos e nossa visão de mundo, e uma consequência desse monopólio da escrita, é que a população negra, bem como a indígena, é vista e retratada pela visão da branquitude, que muitas vezes é repleta de estereótipos e tem, durante muito tempo, definido e delimitado o espaço de cada um na sociedade brasileira.

O presente artigo, denominado Escritoras negras brasileiras: um passeio pela “escrivência” de Conceição Evaristo e outras autoras, tem como objetivo geral analisar como a mulher negra foi quebrando barreiras e conseguindo, mesmo que com muita dificuldade, ter acesso ao espaço da escrita e ser aceita pelo mercado editorial, e como o uso dessas autoras pode contribuir com equidade racial. Tem como problemática, discutir o racismo estrutural e institucional (Almeida, 2019; Ribeiro, 2019) nesse processo, pois, o próprio direito à educação foi negado por muitos anos aos negros e principalmente às mulheres, por serem consideradas aptas apenas para trabalhos que remetessem ao cuidado e não poderiam ocupar lugares de reflexão e poder. Esta pesquisa tem por motivação a importância que as aulas de História e um professor reflexivo têm na formação dos estudantes, não apenas na questão cognitiva e acadêmica, mas também como cidadãos, e o que justifica a relevância dessa temática é o real crescimento e reconhecimento de escritoras negras contemporâneas no mercado editorial e o quanto a leitura dessas autoras pode influenciar e fomentar novas práticas de ensino, tendo como meta de cada profissional a formação holística dos estudantes.

O artigo foi pensado a partir de uma formação continuada, realizada com os (as) professores (as) de História de Maranguape/CE, ocorrida no mês de novembro de 2023, como metodologia, fez-se necessário o levantamento bibliográfico de autorias femininas negras como Maria Firmino dos Reis, Antonieta de Barros, Geni Guimarães, Djamila Ribeiro, Jarid Arraes, e com destaque para Conceição Evaristo, que trouxe o termo “escrivência”, o qual buscamos seu significado, importância e influência para muitas mulheres que gostariam de escrever.

O racismo estrutural e a invisibilidade de escritoras negras nos séculos XIX e XX

Segundo Almeida (2019), o racismo pode se apresentar nas formas individual, estrutural e institucional. Sendo que na concepção individual ou coletiva, o racismo ocorre na forma de atitudes pessoais, motivadas pelo ódio de uma pessoa pela

3. De acordo com Nilma Lino, o Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo (Gomes, 2005, p. 45).

outra sem qualquer explicação. A concepção estrutural trata-se de um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas reproduzidas em nossos costumes e que promove, direta ou indiretamente, a segregação ou o preconceito racial (Almeida, 2019).

Ao tratar do racismo estrutural Ribeiro (2019) destacou que uma forma de combatê-lo seria a leitura de autores negros. Certamente, combater o racismo perpassa por um processo lento e gradual em virtude de seus reflexos na realidade. Um dos primeiros passos seria nos enxergarmos como uma sociedade marcada pelas consequências da escravidão e da abolição tardia. Essas consequências geraram estigmas, estereótipos e ausência. E essa ausência de perspectivas são ainda mais reforçadas quando se tratam de mulheres negras.

Mais especificamente sobre o racismo institucional, ele decorre das "instituições, enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condicionam o comportamento dos indivíduos, resultam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social" (Almeida, 2019, p. 26).

Partindo da definição acima, observamos que o mercado editorial, principalmente o brasileiro, não fugiu às regras. Há muito, os escritores brancos, seguidos de escritoras brancas, predominam o mercado editorial brasileiro. Apesar de muitos defenderem a ideologia da democracia racial no Brasil, partindo da ideia de que não existe e nunca existiu segregação racial no país, podemos ver diariamente que as pessoas negras têm ocupado certos lugares em nossa sociedade e, assim como outros setores, o editorial não estava aberto a esse público.

Tendo a literatura brasileira iniciada em meados do século XVII com Gregório de Matos, o famoso Boca do Inferno, matérias negras só ganham uma certa presença a partir do século XIX. Sendo que na maioria delas os negros são personagens, sendo representados na literatura a partir da perspectiva do escritor branco, reforçando a visão estereotipada e marginalizada do negro. Inclusive com Gregório tem início a forma sexualizada da mulher negra, exaltando a sensualidade e sedução.

Bernardo Guimarães com *Escrava Isaura* publicado em 1872, apresenta uma heroína filha de mulher negra, mas que tem a pele clara e é reforçada na obra que seu tom de pele não denuncia que ela tem sangue negro. Aluísio de Azevedo escreve as obras *O mulato*, lançado em 1881 e *O Cortiço*, de 1890. Na primeira obra apresenta um negro de olhos azuis e submisso, na segunda, a personagem Bertoleza, é sempre representada como torta, atrapalhada e suja. Além de José de Alencar com a peça de teatro *O demônio familiar*, e Joaquim Manoel de Macedo em *O cego*. Em muitas dessas obras percebemos o grande apelo de reforçar a coisificação e animalização da figura do negro.

Já em meados dos oitocentos tem início a literatura produzida por escritores negros em maior escala. Tendo Luís Gama e Lima Barreto como figuras relevantes para a escrita por e sobre o negro. Essa literatura tem um salto mais significativo

por volta de 1915 com o aparecimento da imprensa, trazendo periódicos trabalhando essa temática⁴. Muito dessa conquista dá-se ao avanço do Movimento Negro Contemporâneo, que mesmo surgindo ainda no início do século XX, ganha mais força a partir dos anos 1970, com intelectuais importantes como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales dentre outros.

O Movimento Negro, trouxe a afirmação e a valorização da identidade negra. Segundo Machado (2014), perceber-se como negro é um processo decisivo para as reflexões sobre a atuação política da negritude. No tocante a este ponto, Freire afirma que, “somente os oprimidos descobrem, nitidamente o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência com o regime opressor” (Freire, 2022, p. 72).

Na luta pelos direitos de classe e raça, surge também a presença forte de mulheres negras que, se inserindo nos espaços reivindicatórios, vão fazendo a diferença, além da citada Lélia, destacamos nomes como Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Edna Roland e Luiza Barros.

As mulheres negras como sujeitos da escrita

Djamila Ribeiro (2019), fala que o problema do racismo não é apenas do negro. O branco precisa compreender seu lugar de privilégio historicamente construído na sociedade brasileira e a partir dessa consciência, partir para a mudança de atitude. Para isso a legislação educativa é importante elemento.

Um exemplo é a Lei 10.639/03⁵ que torna obrigatório o Ensino da História da Cultura da África e Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino públicos e privados (Brasil, 2003), consubstanciado pelo parecer 03/2004 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Porém, apesar da obrigatoriedade da Lei e de passados 20 anos da sua promulgação, os estabelecimentos de ensino contêm em suas bibliotecas ou salas de leitura, pouco acervo de literatura afro-brasileira. Fato esse considerado bastante relevante, pois como observaram Oliveira e Silva (2021), nossas unidades escolares apresentam uma literatura considerada homogênea ou clássica sob a justificativa de serem histórias universais. Tornando quase sempre as únicas referências de leitura para nossos estudantes.

4. “Apareceu o que se denomina imprensa negra: jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões. Para José Correia Leite, “a comunidade negra tinha necessidade de uma imprensa alternativa”, que transmitisse “informações que não se obtinha em outra parte” (Domingues, 2007, p. 104).

5. A referida Lei foi atualizada para a Lei 11.645/08, que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Apesar da pouca valorização e divulgação, muitas mulheres têm se destacado e publicado seus escritos e suas vivências. Algumas editoras, foram aos poucos cedendo espaço, mas também, muitas escritoras, dentre elas, Conceição Evaristo tiveram que arcar com os custos das publicações de suas obras.

Ainda no século XIX, temos Maria Firmina dos Reis, que nasceu em São Luís do Maranhão em 1825, sendo filha de mulher ex-escravizada alforriada. Tendo passado em concurso público, fundou o primeiro estabelecimento de ensino misto, (meninos e meninas), desagradando dessa forma uma grande parcela da população, ocasionando o fechamento do estabelecimento. Uma clara tentativa de silenciamento da mulher negra, estudada, e que confronta o sistema opressor. Pois, como elucida Freire (2022), atitudes como a de Firmino, caracterizam-se como rebeldia e ameaça. E ninguém melhor do que essa elite detentora do poder, “da moral e dos bons costumes” para repreender, inclusive com a justificativa de libertação.

Firmina foi professora e escritora, falecida em 11 de novembro de 1917. Publicou e colaborou em várias obras, como crônicas, ficção e jornais literários. É autora de *Úrsula*, primeiro romance abolicionista, em 1859. O romance, em que Firmina assinou com o pseudônimo “Uma maranhense”, falava da temática da escravidão, narrando e denunciando os traficantes e o modo de tratamento nos navios negreiros. Relatou sua vivência de abolicionista também no conto *A Escrava*, escrito um ano antes da assinatura da Lei Áurea.

Outra mulher negra que se destacou e teve que enfrentar inúmeros desafios e preconceitos foi Antonieta de Barros. Assim como Firmina, Antonieta foi professora e autora. Fundou e dirigiu periódicos como *A Semana* e *Vida Ilhoa*, entre as décadas de 1920 e 1930, foi política e responsável pela criação da data alusiva ao dia do professor, vindo a falecer em 28 de março de 1952.

Na década de 1960, surge uma mulher negra, favelada, registrando sua vivência em um diário. Carolina Maria de Jesus, teve seu livro: *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, traduzido para 13 línguas e se tornou referencial para estudos culturais e sociais, não só no Brasil, mas em outros países.

Ao relatar todo seu dia a dia de catadora de lixo, Carolina, na sua escrita, revela o quanto ainda existia de sociedade escravocrata no Brasil de 1960,

[...] eu gosto de ficar dentro de casa, com as portas fechadas. Não gosto de ficar nas esquinas conversando. Gosto de ficar sozinha e lendo. Ou escrevo! Virei na rua Frei Antonio Galvão. Quase não tinha papel. A D. Nair Barros estava na janela. (...) Eu falei que residia em favela. Que é o pior cortiço que existe. (Jesus, 2014, p. 25).

Ao ler Carolina, também podemos entender a sua visão em relação ao Brasil de sua época enquanto mulher pobre, mãe solteira e favelada. Seus relatos estão re-

pletos de denúncias e posicionamento, no tocante a este ponto, podemos perceber a noção de consciência histórica por parte da autora. Rüsen fala: “o homem tem que agir intencionalmente, e só pode agir no mundo se o interpretar e interpretar a si mesmo de acordo com as intenções de sua ação e de sua paixão” (Rüsen, *apud* Cerri 2020, p. 28). Carolina faleceu em 1977, deixando um vasto legado de 4 livros publicados, além de manuscritos incluindo peças teatrais, contos e romances e sua obra continua sendo referência para estudos culturais e literários.

Outra autora que rompeu barreiras foi Geni Guimarães. Em seu livro *Leite do Peito* (1988), por exemplo, ela relata muito de sua história de vida a partir da perspectiva de mulher negra, pobre e que sonhava em ser professora. Geni, quando criança, não diferente de outras meninas negras, passou por situações de não compreensão de sua condição de descendente de ex-escravizados. Relatando que em determinado momento acreditava que a abolição da escravidão se deu por meio do ato de uma mulher que deveria se tornar santa por tamanho feito. “Foi boa para os escravos e parecia um mel, acho que é irmã de Deus, viva a princesa Isabel” (Guimarães, 2001, p. 57).

Ao tomar conta da real situação, Geni passa por um momento de “luto” e desgosto. Ao interpretar naquele período de infância que o negro foi fraco e dócil. Sem vontade de poder, e sem controle de sua própria vida. Cabe ressaltar que princesa Isabel foi referenciada ainda por quase todo o século XX e que a partir do contexto da década de 1970, paulatinamente, passa a ser questionada pelo Movimento Negro em sua construção do dia 20 de novembro, como dia Nacional da Consciência Negra, homenageando Zumbi (1695), o líder do Quilombo dos Palmares.

O relato da autora revela o quanto é importante para os meninos e meninas negras de nosso país, ler autores e autoras negras. Nos fazendo refletir sobre o quanto de acesso à Cultura Negra os estudantes do Brasil têm tido. O quanto de escritores negros e negras nossas bibliotecas estão dotadas. Para que crianças negras queiram ser identificadas como tais, precisamos também apresentá-las, que o negro pode ocupar qualquer espaço que ele quiser. Inclusive de ser escritor, escritora.

Escrevivência

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. Ecoou lamentos de uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas[...] (Evaristo, 2017, p. 24-25).

O poema acima, de Conceição Evaristo, traz uma sequência de mulheres de sua família, e carrega anseio de liberdade de expressão. Apresenta a esperança de

como mulher poder falar, de que sua voz seja ouvida e tenha assim, domínio sobre seu próprio corpo e sua vida.

Conceição é professora universitária e escritora, imortal da Academia Mineira de Letras. Nasceu em Minas Gerais e mudou-se para o Rio de Janeiro ainda na década de 1970. Estuda e escreve sobre a temática da literatura afro-brasileira. Conquistando prêmios por suas obras, no ano de 2022 vendeu, por apenas uma editora, a marca de 500 mil livros.⁶ Foi candidata à uma cadeira na academia Brasileira de Letras em 2023. Suas principais obras são: *Ponciá Vivêncio* (2003), *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), *Olhos D’água* (2014) e *Becos da Memória* (2006).

O termo “escrevivência” foi criado por Conceição em 1995 em sua dissertação de mestrado. Trata -se da junção das palavras “escrever e vivência”. Porém, não apenas a vivência de quem escreve, esgotando em si, mas, suas obras estão repletas de sujeitos que historicamente são marginalizados e excluídos socialmente, apesar de não limitar gênero ou faixa etária, suas obras são muito protagonizadas por mulheres negras, relatando as várias formas de viver e atuar no mundo e que por muito tempo têm sido silenciadas.

Sua escrita dialoga muito com a obra de Carolina Maria de Jesus ao estamparem a forma de vida nas favelas. Forma essa que arrisco dizer ser uma extensão das senzalas. Enquanto Jesus apresenta histórias reais, vividas por ela e por seus vizinhos na Favela Canindé na Grande São Paulo, Evaristo apresenta “ficções reais”, ou seja, cada história e personagem escritas por ela, fazem parte de sua vivência ou de outras pessoas, as quais ela foi espectadora, e que viraram ficções. Histórias duras de se ler e ouvir, mas que carregam em si, muito do que significa ser negro e pobre no Brasil.

Um diferencial na escrita de Evaristo é que ela busca entender o ser humano na sua totalidade. Escreve personagens humanos, que estão sujeitos ao erro e ao acerto. Sujeitos que na maioria das vezes são julgados, culpabilizados e negados em outras construções literárias. Podemos fazer aqui uma relação bem próxima com autores de teatros ou telenovelas em que colocam negros na maioria das vezes para assumirem papéis de bêbados, agressores, fora da lei e prostitutas, numa visão sempre estereotipada.

Conceição Evaristo faz duras críticas ao modo como o corpo negro, inclusive o da mulher negra, foi usado para os fins dos da casa-grande. Muitas vezes as mulheres tinham que cantar ou contarem histórias para os brancos dormirem. Por isso, pensar em escrevivência, é pensar um tempo de falar o que muito foi calado. Pensar que não há mais espaço para o silêncio e a voz hoje pode ser a escrita. Como é muito defendida pela autora como sendo dona de si, “não escreve para adormecer

6. Visto em: <https://noticiapreta.com.br/conceicao-evaristo-500-mil-livros>. Acesso em 19 set. 2025.

os da casa-grande, mas acordá-los de seus sonos injustos”. (Evaristo *apud* Duarte; Nunes, 2020, p. 30).

Nessa perspectiva, “escrevivência” tem influenciado outras autoras negras. Pois, uma vez compreendendo a importância de assumir papéis que fogem o que foram impostos às mulheres negras nesse país, não devemos mais nos calar. Mais recentemente, escritoras como Djamila Ribeiro, Jarid Arraes, entre outras, têm assumido o papel de fala e de referência para outras meninas- mulheres que se sentiram e se sentem ainda silenciadas.

A formação continuada usando obras de autoras negras

Considerando que a formação continuada tem um papel de suma importância na formação pessoal e profissional do professor e da professora de história, cabe refletirmos sobre a relação deste, entre suas vivências e os saberes docentes. Ibernnon nos fala,

[...]a formação continuada de professores passa pela condição de que estes vão assumindo uma identidade docente, o que supõe a assunção do fato de serem sujeitos da formação e não objetos dela, como meros instrumentos maleáveis e manipuláveis nas mãos dos outros (Ibernnon, 2010, p. 17).

Importante ressaltar que o professor/a deve estar atento à dinâmica da sociedade, bem como as condições que se formaram as relações atuais, e estar apto a suscitar a mudança daquilo que não pode mais ser permitido, a demanda do/da professor/a de História deve estar comprometida não apenas na questão cognitiva e acadêmica, mas também como cidadãos, ressaltando que o ensino deve ser ministrado considerando também o princípio da diversidade étnico-racial (Brasil, 2013).

A partir do pressuposto acima, foi realizada uma formação continuada para os (as) professores (as) de História de Maranguape, no mês de novembro de 2023, e teve como estratégia, o uso de obras de autoras negras. No momento da formação foi lido e discutido textos de algumas autoras, dentre elas, Carolina Maria de Jesus, e teve como ponto mais importante da formação, a reflexão da escrita de Conceição Evaristo, conhecida como “escrevivência”. Importante ressaltar que poucos professores e professoras conheciam ou tinham lido a autora e apenas uma professora conhecia o termo “escrevivência”. O que podemos perceber que, passados 20 anos da obrigatoriedade do Ensino da Cultura Afro-Brasileira nas unidades escolares, muitos professores ainda não têm feito uso da referida lei ou sequer conhecem as autoras negras.

Considerações finais

Para as atuais conquistas da população negra no Brasil, foi preciso muita luta e resistência, sobretudo pelo movimento de homens e mulheres negras organizadas. Organizar-se, confrontando regras e normas explícitas e implícitas, enraizadas, não foi fácil, porém, necessário. Muitas dessas conquistas viraram leis, como é o caso do crime contra o racismo, previsto em lei, sem prescrição nem fiança.

Outra conquista foi a implementação da lei 10.639/03 que tornou obrigatório o estudo da cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino, atualizado pela lei 11.645/08 ao incluir o estudo dos povos indígenas. Sem a força do movimento social negro e das mulheres negras, certamente muitas conquistas não seriam realidade.

A trajetória das mulheres negras na escrita, contando e “fazendo” história a partir de suas vivências e visão de mundo, consiste em conquistas e vitórias iniciadas ainda séculos atrás com mulheres que não tiveram medo de quebrar barreiras. Porém, o legado e a luta precisam ser reforçados, pelos meios editoriais, pelas instituições de ensino e pela sociedade brasileira no geral, que infelizmente ainda é uma sociedade racista e misógina.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras**: em 15 cordéis. 1. ed. – São Paulo: Seguinte, 2020.

BRASIL, **Lei nº 10.639** de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática «História e Cultura Afro-Brasileira», e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL, **Parecer 03/2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Visto em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/arecer-cp-2004>. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL, **Lei nº 12.796**, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 4. ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1 ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasileira. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v.13, n. 25, p. 17-31, 2º sem 2009. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6160270>.

DOMINGOS, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro**: alguns apontamentos históricos, 2007.

DUARTE, Lima Constância, NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência**: A escrita de nós: Reflexões sobre as obras de Conceição Evaristo. 1. Ed- Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 83. Ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: Educação anti-racista: **Caminhos Abertos pela lei federal 10.639**. – Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Cap 1, p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GUIMARÃES, Geni. **Leite do Peito: contos** – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. – São Paulo: Ática, 2014.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. SP: Artmede, 2010.

MACHADO, Bárbara Araújo. “Escre(vivência)”: a trajetória de Conceição Evaristo. *Revista História Oral*. V. 17, n 1, p. 243, jan/jun. 2014. https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/9129/Sociologia_1e.pdf.

OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro, SILVA, Geranilde Costa e. Práticas Curriculares antirracistas no Programa Residência Pedagógica-Pedagogia (Ce) Unilab. **Revista Contemporânea de Educação**, v.16, 16, n. 37, set/dez. 2021. <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v16i37.45051>.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual antirracista**. 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.